

A natureza do relacionamento
Brasil-Canadá: similaridades, contrastes e a
questão ambiental¹¹

Geraldo Milioli

Resumo: O período pós-guerra representa um marco para as transformações ocorridas no mundo. No presente, observa-se a necessidade de um aprofundamento das relações e cooperação entre os países, como também da busca de soluções integradas para problemas de ordem sócio-econômica, política, cultural e ambiental. Nessa dinâmica complexa de um mundo moderno globalizado e que experimenta um conjunto de desafios, encontram-se Brasil e Canadá. O foco deste artigo é analisar e discutir os interesses comuns e estratégicos dos dois países, apresentar argumentos quanto à desejabilidade da cooperação entre eles, sendo que suas singularidades inerentes favorecem a possibilidade de demonstrar ao mundo um processo de cooperação onde as similaridades e os contrastes sugerem caminhos à complementaridade.

Abstract: The post-war period represents a landmark for the changes in the world. Nowadays, it is observed the need for a deepening of the relations and cooperation between countries, as well as the search for integrated solutions of socio-economic, political, cultural and environmental problems. Within this complex dynamics of a globalized modern world which experiences an array of challenges, it is found Brazil and Canada. The focus of this article is that of analyzing and discussing the common and strategic interests of both countries, coming up with arguments as for the desirability of cooperation between them, being that their inherent singularities favor the possibility of demonstrating to the world a cooperation process where the similarities and the contrasts suggest ways to the complementariness.

¹ Quero agradecer a interlocução e as recomendações da Profa. Mary Louise McAllister, Ph.D., Department of Environment and Resource Studies (ERS), Faculty Environmental Studies (FES), University of Waterloo (UoIW), Ca, e os comentários da Profa. Dra. Albertina Felisbino (UNISUL).

*O desenvolvimento se realiza no espaço global,
mas de modo extremamente descontínuo e não
simultâneo entre as nações e regiões do mundo.*

Elmar Altvater

Introdução

A história recente das relações internacionais apresenta importantes transformações econômicas, políticas, sócio-culturais e ambientais. Muitos conceitos vêm perdendo sua força, ao passo que o mundo moderno se globaliza e experimenta um conjunto de desafios. Emergem configurações trazidas pela nova realidade econômica e política, onde os problemas ambientais, a vida social, as cooperações e integrações entre países, os níveis e estilos de desenvolvimento, entre outros, estão sendo refletidos e questionados.

Nessa dinâmica encontram-se Brasil e Canadá. Estes, ao mesmo tempo em que disputam a liderança de setores industriais como o de aviação, por exemplo, manifestam muitos interesses em comum, fato que reflete, também, oportunidades para processos de cooperação. Esta é uma oportunidade que não deve ser perdida.

Este artigo examinará a natureza do relacionamento entre Brasil e Canadá, suas similaridades e contrastes e as questões ambientais. Sugere que, agora, mais do que nunca, a idéia de cooperação necessita contemplar e avançar no que diz respeito aos interesses econômicos, sócio-políticos, culturais e ambientais dos dois países.

A meta deste artigo não é, no entanto, desenvolver estratégias de cooperação, mas sim discutir interesses estratégicos baseados em suas peculiaridades, e apresentar argumentos que enfatizem a desejabilidade dessa cooperação entre eles.

A natureza do relacionamento Brasil-Canadá

O período pós-guerra representa um marco para as transformações ocorridas no mundo, no que se refere às novas relações entre os países, como também uma nova configuração econômico-política internacional.

As relações econômicas e políticas estavam desenhadas ainda num quadro que viria a ser rápida e completamente reorganizado nos anos seguintes. No Ocidente, os Estados Unidos lideravam os destinos dos países aliados frente às posições e estratégias do bloco socialista, que tinha na ex-URSS sua principal força. O Terceiro Mundo, composto por países com característica de subdesenvolvimento, buscava a industrialização e a modernização como forma de obter autonomia e acompanhar o ritmo das sociedades modernas.

Nesse período, a idéia de que crescimento econômico significava desenvolvimento se expandia a todo vapor. Observava-se, em diferentes regiões e proporções, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), um aumento de qualidade e expectativa de vida, distribuição de renda e salarial, estabilidade política, estabilidade econômica, entre outros (Weaver *et al.*, 1996:3-38).

Porém, é nos anos 70 que se configura o ponto de inflexão decorrente do pós-guerra, incluindo-se nessa perspectiva o Terceiro Mundo, que assim ainda era considerado em razão da divisão bipolar, experimentada nesse século. Segundo Altvater (1995:13-14):

Na Ásia, na África e na América Latina iniciava-se uma renovada iniciativa de recuperação do atraso na industrialização, desta vez financiada em grande estilo por créditos privados do exterior. Um desenvolvimento das economias nacionais orientado à exportação e aberto ao mercado financeiro mundial, e não mais a uma substituição de importações como na década de 30. De 1970 a 1980 as dívidas externas da AL cresceram de 16 a 130 bilhões de dólares. O aumento nos preços das matérias-primas foi significativo nessa década das novas esperanças da modernização; os devedores supunham que, com as crescentes entradas de divisas da exportação de matérias-

primas, poderiam financiar a industrialização até o momento em que a exportação de bens industrializados pudesse substituir a dependência de uma economia baseada em matérias-primas.

Desse período registra-se, também, um processo inflacionário acelerado, um enfraquecimento do setor industrial, crises cambiais, governos autoritários e instáveis, e a emergência de colapsos econômicos (Weaver *et al*, 1996:29-33).

No Brasil, entre os anos 60-80, o Estado nacional participou de forma decisiva no processo de industrialização e modernização, concretizado a partir da ideologia do nacional-desenvolvimento, onde a noção de liberdade e democracia figurava como opcional, no âmbito das contradições sociais e econômicas da cultura política brasileira (Brüseke, 1993:142-156). A própria questão da ecologia caminhou na lógica do desenvolvimento internacional, onde o admissível, no tocante à poluição industrial e às questões sócio-ambientais, estavam no nível corretivo e não no preventivo.

No alvorecer dos anos 90, os países latino-americanos apresentavam outras configurações. Novamente o aumento do ônus e do serviço da dívida externa conferiam preocupações aos projetos de desenvolvimento da América Latina (AL) e à política internacional. Acrescente-se a isso a inversão e queda dos preços das matérias-primas minerais e dos produtos agrícolas nos anos 70, que competiam e vinham de desencontro ao aumento dos preços dos produtos industrializados. Estas questões, portanto, afetaram a perspectiva de desenvolvimento da maioria dos países da AL.

Com o fim da Guerra Fria, o colapso do socialismo real e a desintegração dos países do Leste Europeu, o mundo observa o nascimento de uma nova ordem, como também novas configurações políticas e econômicas internacionais. Nesse sentido, o sonho e as tentativas de industrialização de países latino-americanos e do então Terceiro Mundo ficam emudecidos ao assistir essa nova ordem mundial, que remete para análises não puramente conjunturais, mas com fortes conotações heurísticas.

O conceito de Terceiro Mundo reporta aos anos 40. Surgiu para distinguir o conceito e as posições de Primeiro e Segundo Mundos, caracterizados, respectivamente, pelos países industrializados e desenvolvidos do Ocidente e pelos países do bloco socialista. Como critérios para o tratamento conceitual da condição de Terceiro Mundo, o aspecto de infra-estrutura econômica subdesenvolvida é fundamental.

Indicadores, tais como consumo de calorias diárias necessárias, taxa de mortalidade infantil, número de analfabetos, demanda de emprego, expectativa de vida, nível do sistema de saúde, distribuição de renda, entre outros (Sachs, 1986:142-167; Weaver *et al.*, 1996:24-29), apresentam-se com feição ainda mais complexa quando acoplados aos indicadores econômicos do subdesenvolvimento, denominados como: o Produto Nacional Bruto (PNB), o percentual de materiais exportados e dos alimentos importados, etc. E, como era de se esperar, os países do Terceiro Mundo são os que produzem o menor índice per capita, que mostram um crescimento lento do setor industrial, ao mesmo tempo que exportam matéria-prima e importam alimentos (Brüseke, 1993:3-9).

Atualmente, porém, muitos países de diferentes partes do mundo conservam e constroem problemas típicos do chamado Terceiro Mundo. É ao que se refere Ianni (apud Brüseke, 1993: 8) ao refletir sobre a sociedade global. Ou seja, uma parte do mundo está presente na outra; a interpenetração das realidades sócio-econômicas da sociedade global não admite mais a separação conceitual de elementos que, querendo ou não, formam um mecanismo integrado.

Mas, voltando ao período de mudanças inerentes ao pós-guerra. Contemplada a idéia de crescimento econômico, seguido pelas transformações econômicas, os passos seguintes trazem como componentes o crescimento com equidade; uma preocupação mais efetiva com direitos humanos, com espaço maior para a participação da sociedade civil (movimentos, ONGs, etc); a idéia de eficácia governamental; a democracia e, por fim, um crescimento econômico coerente com a preservação do meio ambiente² (Agenda 21, 1992; Nosso Futuro Comum, 1987; Weaver *et al.*, 1996).

² Em Marcel Jollivet e Ajam Pavé, “o termo pode ser caracterizado como o conjunto de componentes físico-químicos e biológicos, e de fatores socioculturais suscetíveis de afetar, direta ou indiretamente, a curto ou longo prazos, os seres vivos e as atividades humanas na ecosfera. Nesse

Essas questões são hoje colocadas nos debates em âmbitos local e global, bem como na ordem do dia em um mundo moderno que se globaliza. Para Leis (1996:65):

A modernidade, como ensinou Max Weber, privilegiou os papéis do mercado e do Estado. Os processos de desenvolvimento e modernização dos séculos XIX e XX foram organizados, portanto, em torno de dois modelos, um centrado no mercado e outro no Estado. Esses modelos foram eficientes na produção de dramáticas e rápidas transformações sociais, apesar de que tinham estratégias que não levavam exatamente aos mesmos resultados.

E, exatamente quando um conjunto de problemas de caráter sócio-ambientais e culturais emergem, em detrimento dos princípios da modernidade, é que mercado, Estado, divisão do mundo em blocos econômicos, soluções integradas para problemas emergentes, cooperações entre países e a vida social, entre outros, vêm sendo refletidos e questionados.

Sem querer ser exaustivo diante da complexidade³ dessas questões, pensamos que nesse contexto podemos retratar a relação Brasil-Canadá e o interesse deste pela América do Sul.

Não obstante o Canadá tenha relações bilaterais com mais de cem países, distribuídos na África, Ásia, na América e no centro e leste europeus, a América do Sul tem sido considerada um continente de grande diversidade: multicultural e de diferentes perspectivas

sentido, o campo de pesquisas sobre meio ambiente abrange o conjunto de transformações da ecosfera suscetíveis de influenciar o desenvolvimento das sociedades humanas” (apud Vieira, 1995:49).

³ Para Edgar Morin, “complexidade é a qualidade do que é complexo. O termo vem do latim: *complexus*, que significa o que abrange muitos elementos ou várias partes. É um conjunto de circunstâncias ou coisas interdependentes, ou seja, que apresentam ligação entre si. Trata-se da congregação de elementos que são membros e partícipes do todo. O todo é uma unidade complexa. E o todo não se reduz a mera soma dos elementos que constituem as partes. É mais do que isto, pois cada parte apresenta sua especificidade e, em contato com as outras, modificam-se as partes e também o todo” (Petraglia, 1995: 48).

econômicas, ambientais e políticas. Essas questões, como não poderia deixar de ser, têm suas peculiaridades complexas em relação aos diferentes países, como no interior dos mesmos.

Para o contexto internacional, o que os países da América do Sul têm em comum é que, na sua maioria, apresentam características de sofrimento e um notável processo de transição para: a) a democratização – eleições, participação popular e educação, direitos humanos, controle de influência e poder autoritário, novas constituições, movimentos anti-corrupção e processos de *impeachment*, envolvimento político da população indígena, descentralização de poder para estados e municípios e b) reformas econômicas e de mercado – fim do protecionismo pelo Estado e substituição das importações, abertura de mercado, regulação da inflação, entre outros – modelo este em voga em anos passados (CIDA, 1996:1). Essas transições progrediram em escala continental após meados dos anos 80, principalmente.

As questões ambientais também têm recebido ampla atenção internacional. Contribuem para isso a quantidade e importância dos recursos naturais do continente e as escalas dos problemas de poluição urbana. De uma perspectiva ampla e global, entendemos que a região dos Andes, a Floresta Atlântica e a Amazônia, em razão da biodiversidade, do potencial de biomassa e de suas contribuições para a estabilização do efeito da atmosfera global constituem os ambientes fundamentais na América do Sul. Enquanto problemas emergentes, cabe ressaltar a generalizada poluição do ar e o precário sistema de saneamento básico, característica de áreas urbanas (Ibid., 1996:2).

As políticas de auxílio e de cooperação internacional do Governo Canadense são estruturadas pelo *Ministry for International Cooperation* (MIC) e operacionalizadas através da *Canadian International Development Agency* (CIDA). Concebida em 1968, esta tem como responsabilidade difundir na comunidade internacional o programa oficial do governo de assistência para o desenvolvimento. Para isso, a seção das Américas (CIDA, 1997:1) tem oito objetivos a serem destacados:

1. aprimorar a distribuição/entrega dos serviços sociais básicos e aumentar a produtividade e a capacidade salarial da pobreza;

2. capacitar a mulher para participar mais ativamente no aspecto social, econômico, político e ambiental dessas sociedades;
3. apoiar o aprimoramento dos serviços de infra-estrutura;
4. apoiar os governos, os direitos humanos e o desenvolvimento da democracia;
5. intensificar a produtividade e competitividade do setor privado;
6. intensificar a capacidade para o gerenciamento ambiental e apoiar o gerenciamento sustentável dos recursos naturais;
7. fomentar a reforma econômica para o crescimento equitativo;
8. apoiar iniciativas de integração regional.

Quanto ao Brasil, especificamente, o Canadá tem estado presente em muitas questões de relações internacionais. Esse apoio, além de bilateral, vem sendo realizado através de mecanismos de característica multilateral, apoiando a assistência das Nações Unidas e das instituições de financiamento internacional; de iniciativas através de ONGs, instituições e empresas atuando no Brasil. Esse comportamento vai na direção dos interesses canadenses que busca – ao apoiar os países em desenvolvimento na redução da pobreza; projetar mais segurança, equidade e prosperidade mundial, no sentido do desenvolvimento sustentável – ampliar sua base econômica, de influência política internacional, cultural e de segurança.

A relação entre o Brasil e Canadá tem uma história interessante. Dois artigos intitulados “*Direct Trade Between The Dominion of Canada and the Ernpire of Brasil & Co*” de autoria de W Darley Bentley, então Cônsul Canadense no Brasil, e “*Commercial Relations Between Brazil and Canada: with Supplementary Information Relating to Trade With The West Indies*”, de W.M.J. Patterson, publicados em London e Montreal, respectivamente, ambas no ano de 1880, reportavam, naquela época, o interesse e o potencial do relacionamento econômico entre os dois países.

Nesse período, tanto Canadá quanto Brasil buscavam responder às exigências e necessidades da vida luxuosa de seus habitantes, que dependia da produção e da manufatura existentes em outros países.

Recentemente, nos anos 90, Brasil e Canadá têm demonstrado a decisão em estreitar e aprofundar as relações econômicas entre os dois

países. O que se tem percebido, nas declarações e nos acordos realizados, é que esse momento marca uma nova era na relação entre os dois.

Contribuem para essa nova perspectiva, na visão do governo canadense, o importante estágio de transição política (democracia, reformas administrativas, direitos humanos, etc) e econômica do Brasil, determinado a ampliar suas fronteiras a partir da abertura e estimulante crescimento econômico, da estabilização da moeda, além de sua expansão comercial na América Latina. Essas variáveis foram incisivamente colocadas pelo governo canadense, em 1994, na cidade de Toronto, através do *Ministry for International Cooperation* (MIC, 1994:1-6).

No ano de 1997, o encontro entre os dois governos, no Canadá, sinaliza, determinantemente, a intenção de aproximação econômica bilateral e de cooperação. Os acordos assinados na área de comunicações; nos setores de controle ambiental, desenvolvimento social e reforma do Estado e ajustes administrativos na área nuclear, firmados em 1996 (O Estado de SP 19.04.97), refletem uma visão e avaliação positiva do atual estágio econômico brasileiro, ao mesmo tempo que sugere que, juntos, podem auferir vantagens no contexto de um novo comércio baseado em oportunidades de investimentos. Para isso, o próprio governo brasileiro acenou e propôs uma maior aproximação entre Brasil-Canadá, ao justificar sua importância no processo de privatização brasileiro, principalmente nas áreas de mineração, energia e telecomunicações (Agência Brasil, 22.04.97a; Bittencourt, 21.04.97).

A intenção de firmar e assinar acordos com o Canadá, antes mesmo que com outros países, foi enfatizada pelo governo brasileiro. Como argumento, o fato de o Canadá ser considerado uma potência média como o Brasil, com um Produto Interno Bruto (PIB) praticamente do mesmo tamanho, e a vantagem de ter uma economia já desenvolvida (Bittencourt, 21.04.97; Camargo, 30.04.97). Essa perspectiva também remete para os interesses do Canadá, que consideram o Brasil um país prioritário para um relacionamento na América do Sul, no contexto de parcerias para a integração econômica do hemisfério.

Mesmo assim, cabe destacar que o Brasil já figura como o principal parceiro do Canadá na América do Sul, respondendo por 38% das exportações canadenses.

No âmbito desse relacionamento, é importante reconhecer que a intenção de aproximação Brasil-Canadá situa-se num momento econômico-comercial muito mais amplo. Além do necessário interesse bilateral, a relação entre os dois países deve ser analisada também no contexto da nova economia internacional.

Nesse sentido, é importante enfatizar que a parceria do Brasil, que lidera o processo no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Canadá, peça fundamental no *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) (Dyck, 1996:271), está abreviando caminhos através de uma aliança que tem como pano de fundo o livre comércio do hemisfério. Essa intenção, de uma aproximação particular com o Brasil, e estrategicamente com o MERCOSUL, independe da posição de outros países do NAFTA (Agência Brasil, 23.04.97b). O MERCOSUL é atualmente o quarto bloco comercial do mundo, com cerca de 200 milhões de consumidores. A idéia de maior integração defendida pelo Brasil junto ao MERCOSUL está relacionada, também, às vantagens oferecidas pelo Canadá, forte competidor nos setores de transportes, telecomunicações, engenharia elétrica, nuclear, espacial e genética. Além disso, o Canadá aponta para a necessidade de ampliar definitivamente, na virada do milênio, sua relação econômica, vinculada fortemente aos EUA, que responde atualmente por 81% de seu movimento comercial (O Estado de São Paulo, 23.04.97).

Caminhando numa direção que avança no aspecto puramente econômico, cabe ressaltar o fortalecimento no relacionamento cultural entre os dois países e os projetos na área ambiental, que vêm sendo enfatizado como necessário. Nas palavras do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (Agência Brasil, 23.03.97c), “Brasil e Canadá podem caminhar juntos, não só no campo econômico, mas também na preservação ambiental, já que o Canadá tem uma vasta experiência no setor e pode ser útil na preservação da Amazônia e de outros ecossistemas.

A partir destas considerações, pensamos ser conveniente levantar alguns elementos que remetem para a grandiosidade desses países, para suas similaridades e contrastes.

Similaridades e contrastes entre Brasil e Canadá

Classificado como o país de melhor qualidade de vida, entre os mais ricos e desenvolvidos do mundo e integrando o G7, o Canadá tem dimensões continentais, recursos naturais, diversidade étnico-cultural e potencial econômico que o caracteriza como um grande país.

Governado através de uma monarquia constitucional e um Estado Federal com parlamento democrático desde 1867, o país tem uma base político-constitucional-legal que proporciona autonomia às províncias no manejo de suas necessidades, de suas áreas particulares e do potencial econômico.

Ao governo e ao parlamento central ou federal cabem as responsabilidades de defesa, o mercado e o comércio interprovincial e internacional, processos de imigração, o sistema bancário e monetário, legislação criminal, a indústria pesqueira, bem como poderes sobre a aeronáutica, embarcações, estradas de ferro, telecomunicações e energia nuclear. Os governos e as legislaturas provinciais ou regionais têm como principais responsabilidades a educação, direitos civis e de propriedade, a administração da justiça, os sistemas de hospitais, recursos naturais dentro de seus limites, seguridade social, saúde e instituições municipais.

O Canadá apresenta dois momentos na sua formação étnico-cultural. O primeiro, de forte influência inglesa e francesa, agregou-se aos índios que ocupavam o domínio geográfico, o qual daria origem ao país. Um segundo conjunto de influências veio, ainda nesse século, através, principalmente, dos imigrantes chineses, indianos e de países da Europa Continental, o que comprova seu caráter multicultural.

Com um área total de 9.922.000 Km², o país é composto por dez províncias e três territórios; tem uma população de 31 milhões aproximadamente, distribuída em uma grande classe média que, concentrada basicamente no sul, vive majoritariamente (76,6%) em áreas urbanas. Essa concentração é identificada pelo triângulo que constitui o centro do país, composto pelas grandes cidades de Toronto-Ottawa-Montreal, nos limites das províncias de Quebec e Ontario, que, combinadas, aglutinam 62% de sua população (Canada's National Report, 1991:23-25; Dick, 1996:125-132; Hessing e Howlett, 1997:6).

O Canadá tem nos recursos naturais a base de sua riqueza. Na sua dimensão territorial, encontram-se 10% do suprimento de água doce do planeta, 10% das florestas, 12% da área protegida do mundo e uma estimativa de 300.000 mil espécies de vida selvagem. O país figura também como o maior exportador de recursos florestais e, entre outros, apresenta uma significativa reserva de petróleo, gás, carvão e minerais (Canada's National Report, 1991:26-49; McAllister e Alexander 1997:9-16; NRCan: 1997a, 5:6), o que o faz líder mundial de exportação mineral.

Ainda, no contexto da economia mineral, o país também é destaque na produção de minerais metálicos e não metálicos, estando entre as nações com as maiores reservas mundiais de minério de ferro, níquel, ouro, urânio e potássio. Além destes, está presente, de forma marcante, na produção de zinco, enxofre, potássio e amianto (NRCan, 1997b:14-30; McAllister, 1992:3).

Os números são realmente substanciais. Segundo dados do governo canadense, em documento preparado para a Rio-92 (Canada's National Report, 1991:48-49), as reservas de petróleo estão estimadas em 9 bilhões de barris, as de gás atingem mais de 95 trilhões de pés cúbicos. As reservas de carvão garantem um suprimento de 6,6 bilhões de toneladas, o que permite a produção contínua por mais de 100 anos.

A produtividade inerente às florestas totaliza 2,4 milhões de km², o que representa, aproximadamente, 25% da área do Canadá. Quanto a isso, vale lembrar que 21% do mercado mundial de produtos florestais têm origem no Canadá, que possui a terceira maior área florestal do mundo, ficando atrás apenas do Brasil e da Rússia. Assim, além de sua importância econômica que garante a base de recursos renováveis para a grande indústria no país, as florestas são vitais como suporte ao sistema de vida do planeta. Porém, para o Canadá, a preocupação com as florestas remete para sua importância social. Aproximadamente 900.000 pessoas, ou 1 em cada 15, contam com a floresta como meio de vida, estando 350 comunidades dependentes de seus recursos (Ibid., 26-28). Nessas áreas, estão concentradas as populações indígenas, sendo que a floresta exerce um papel não apenas no que diz respeito a aspectos de sobrevivência, mas também se traduz como um grande benefício bucólico, estético e espiritual para muitos canadenses.

Outros recursos naturais são de extrema importância para o país. Destaque para o abundante estoque de peixes, animais e plantas selvagens. O país é um grande repositório para uma diversidade de espécies representativas dos habitats do norte, o que contribui para o cenário e a reputação da economia turística do país.

No desenho econômico canadense é necessário citar ainda seu dinamismo nos setores de produção agrícola, embora o total de área utilizada para essa atividade seja de apenas 7%. Destacam-se, além disso, as atividades pesqueira e de manufatura, notadamente em relação às máquinas agrícolas, da construção, hidreletricidade, caça, materiais utilizados em estrada de ferro, entre outras, distribuídas nas chamadas ecozonas do país (Ibid., 14-16).

Quando comparado a outros países, o desenho do Brasil, sua constituição e grandeza figuram, também, como de instigantes curiosidades.

Descoberto em 1500 pelos portugueses, o Brasil viveu na condição de colônia até 1822, quando da proclamação de sua independência. Enquanto República Federativa, o país, após passar por vários sistemas e regimes de governo, atualmente é regido pelo sistema democrático presidencialista, com poder decisório centralizador, baseado na ação e no exercício dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Sua formação e identidade cultural têm, além dos povos indígenas que já se encontravam nos limites do país, uma forte influência dos portugueses, seguidos pelos italianos, germânicos e africanos. A estas se juntaram, posteriormente, muitas outras como os poloneses, japoneses e imigrantes de todos os continentes, o que caracteriza o país, também, como multicultural.

A área total, de 8.547.403,5 km², que corresponde a 47,9% da América do Sul, faz do Brasil o quarto país em extensão do mundo. Sua população, de 155,9 milhões de habitantes, está distribuída em 5 regiões: Norte, a maior do país, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Estas são compostas por 26 estados, além do Distrito Federal, onde funciona a sede do Governo (Rede Nacional de Pesquisa, 1996:1-2).

Ainda que tenha crescido economicamente com uma rápida modernização e diversificação da indústria e dos serviços, o Brasil, ao contrário do Canadá, está, segundo classificação da ONU, em 79º lugar

no Índice de Desenvolvimento Humano, o que lhe *garante* um dos maiores graus de concentração de renda no mundo, onde a pobreza tem uma característica claramente regional e metropolitana, constituindo-se numa das maiores dívidas sociais do país (Sachs, 1996:188-212).

Sua característica de país em desenvolvimento realmente contrasta com sua perspectiva continental e seu potencial social, econômico e de recursos naturais.

Como no Canadá, os recursos minerais brasileiros desempenham um papel fundamental na dinamização econômica e social do país. Com potencial auto-suficiente na extração de vários minérios, o país tem respondido coerentemente às exigências internas e fornecendo matéria-prima para as atividades agrícolas, de habitação, saneamento básico e construção civil. Com referência ao ano de 1993, dados considerados atuais para fins de análise, segundo o Ministério de Relações Exteriores (MRE, 1997:1-5), o valor da produção mineral brasileira nas transações comerciais internacionais atingiu US\$10, 1 bilhões, considerando-se os produtos primários, semi-manufaturados e manufaturados.

No contexto da economia mineral brasileira, destacam-se o ferro (quarto principal recurso de exportação e principal recurso mineral do país), a bauxita (terceira maior reserva do mundo), e as grandes reservas de manganês, ouro, cassiterita, sal, níquel, cobre, zinco, potássio, entre outros.

Vale ressaltar que, ao enorme potencial de expansão e capacidade de crescimento do setor, a velocidade da pesquisa e do conhecimento geológico tem se apresentado como importante ponto de análise. Embora 160 províncias tenham sido cadastradas nos últimos anos (MMA, 1997a:1), o conhecimento geológico brasileiro ainda constitui-se num desafio (Ferraz *et al.*, 1997:53), já que, para os objetivos de planejamento racional por parte do governo, as informações atuais figuram ainda como de corte incipientes.

A idéia do desconhecido atinge também as riquezas relacionadas aos ecossistemas brasileiros, onde destacam-se, entre outros, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal. A grande quantidade e diversidade de espécies da maior floresta do mundo remetem para uma preocupação internacional, não só pela população indígena e ribeirinha que lá vivem, mas também pelo seu crescente processo de destruição.

Entre outros fortes elementos inerentes à sócio-economia brasileira, cabe destacar a produção agrícola que historicamente exerce um papel fundamental, garantindo o abastecimento do mercado interno, além de figurar como destaque nas exportações do país, notadamente em relação à soja, ao café e ao cacau. O setor industrial, por seu lado, tem aumentado sua produção, principalmente no que diz respeito aos automóveis, máquinas agrícolas, autopeças, produtos siderúrgicos, eletrônicos e de comunicação. Por fim, como breve consideração sobre o

Brasil, merece referência a atividade turística, inerente às especificidades da formação biofísica e geográfica brasileira.

Não obstante a grandiosidade e o potencial de Brasil e Canadá, o processo de desenvolvimento tem proporcionado, ao mesmo tempo, problemas de ordem sócio-ambientais. Esses exigem dos governos competência política para trabalhar e solucionar problemas de realidades que estão diretamente ligadas, entre outros, aos efeitos da Revolução Industrial, à sociedade de consumo, ao crescimento populacional e às demandas por recursos naturais.

As estruturas de governo do Canadá e do Brasil, para as questões ambientais, apresentam-se, nesse contexto, como interessante aspecto.

A dimensão física do Canadá oferece vantagens e desvantagens em termos de governabilidade. Se de um lado o país conta com uma abundância de recursos naturais e o seu potencial, requisitos considerados fundamentais para a criação de riquezas e para o posicionamento de poder na arena internacional, de outro, conta com uma geografia política onde o comportamento social, econômico e as decisões políticas acabam, de uma maneira ou de outra, acarretando problemas sócio-ambientais.

Nesse sentido, para combater os problemas inerentes à cultura industrial urbana, como a produção têxtil, de papel, química, metalúrgica, ácidos, crescimento das cidades, expansão do sistema de construção de estradas; aeroportos; agricultura com agrotóxicos, erosão, lixo, comércio dos produtos das florestas, mineração, poluição atmosférica, chuva ácida, entre outros, o governo canadense começou, anteriormente aos anos 70, a planejar uma estrutura de ação (Boardman, 1992, apud Guy, 1995:46-47), através do estabelecimento, em 1971, do Departamento Federal de Meio Ambiente. A partir daí, a Legislação Ambiental e a preocupação

com a questão começaram a constar da pauta de governo das províncias de Ontário (1977), Quebec (1977), Newfoundland (1980) e Saskatchewan (1980).

Mas é nos anos 80 que a questão do meio ambiente e da poluição começou a ganhar força na opinião pública, forçando o governo a otimizar e a difundir a idéia da regulação ambiental. Assim, no ano de 1986 foi formado o *Canada Council of Ministers of the Environment* (CCME), sendo que, nos anos 90, departamentos e ministérios de meio ambiente foram constituídos em todas as províncias, conferindo aos problemas ambientais e suas conseqüências uma característica política para o conjunto do país. Nessa mesma década, como medidas de impacto para atacar os problemas inerentes à chuva ácida, que afeta diretamente ar, solo e água, as províncias de Ontário e Quebec demonstraram suas preocupações ao projetar e exigir, das grandes empresas, a redução da emissão de dióxido de enxofre em 60% e a redução da emissão de gases em 50%, respectivamente (Guy, 1995:47).

Muito embora o manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento sejam, atualmente, de responsabilidade Federal e Provincial, as Províncias exercem grande controle político-econômico sobre os recursos, considerando-se a predominância e ocorrência destes nos limites geográficos das províncias e a sustentação da autoridade constitucional para desenvolvê-los. Sendo assim, sob responsabilidade direta das províncias estão o caráter normativo do gerenciamento ambiental por meio do controle de poluição, legislação de proteção ambiental e avaliação ambiental.

Essa questão sugere que, mesmo mostrando envolvimento, conforme previsto na jurisdição federal, a participação do governo central é geralmente limitada para o gerenciamento do ambiente. Sua principal influência, como citada no início deste item, está relacionada às terras federais, terras de reservas indígenas, territórios, parques, portos e aeroportos, bem como à proteção e preservação do reservatório de espécies marinhas do país.

Por outro lado, essa autonomia deixa muitas questões constitucionais e a legislação ambiental à mercê de contra-argumentações, interpretações, bem como vulnerável à própria integridade nacional. Esse fato remete para a batalha legal que tem

ocorrido entre Ottawa, as províncias e grupos ambientais sobre como os governos devem monitorar projetos, como *Alberta's Oldman River Dam*, *Saskatchewan's Rafferty-Alameda Project*, e *Quebec's Great Whale Project*. A Suprema Corte afirmou que Ottawa poderá examinar os impactos ambientais dos projetos levados para fora dos governos provinciais (Dick, 1996; Guy, 1995:45-46).

Para compor nossa última reflexão, quanto à forma de governo canadense, consideramos que a questão sócio-ambiental pode contribuir, como pano de fundo, no sentido de entendermos a complexidade sócio-política e econômica do país.

Nossa análise considera que o sistema de governo federalista canadense exercita-se constantemente com pretensa habilidade para trabalhar com a força e a divisão constitucional dos níveis federal e provincial. Ao permitir, dentro de um mesmo Estado-nação, uma diversidade de organizações governamentais, culturas, políticas públicas, etc, o sistema enfrenta simultaneamente problemas práticos para aliar a idéia de um governo federal forte com a autonomia das províncias. Essa questão pode estar na base de movimentos como o projeto separatista de Quebec, por exemplo.

Frank R. Scott (apud Guy, 1995:41-42) notou que o Canadá foi o primeiro sistema de governo que combinava instituições parlamentares com uma estrutura de governo federal também parlamentar. Nesta combinação, governar instituições pode não ser, necessariamente, tarefa complementar, ou pode simplesmente compor dificuldades frente ao próprio governo. Um sistema parlamentarista, em combinação com um governo de sistema federal e com diferentes posições, pode colocar políticos do mesmo lugar em um combativo e conflitivo relacionamento e, ainda, favorecer cooperação entre níveis de dificuldades de governo.

Nesse contexto de globalização e grandes transformações econômicas e políticas internacionais, os governos, de maneira geral, e o canadense, em particular, mesmo quando centralizadores, sabem que não podem governar isoladamente, já que os anos 90 bem demonstraram a necessidade, cada vez mais presente, de governar através da cooperação. E o termo "relação intergovernamental" está sendo freqüentemente usado no Canadá como referência para a complexa teia de inter-relacionamentos entre governos – federal, provincial, territorial, local (Ibid., 43). Essa

composição, no entanto, além de transferir muitas responsabilidades do poder político e econômico para as províncias, propõe também a redução de gastos do governo, e cortes na transferência de pagamentos federais e para programas com divisão de custos, o que obriga as províncias e os municípios a olharem mais para seus próprios recursos, ou tentarem encontrar novas alternativas dentro de suas próprias jurisdições.

Por fim, a idéia de governar em cooperação aparece como uma fértil possibilidade diante das dimensões e complexidades sociais, econômicas e ambientais, pois a competição por poder e influências constitucionais tende a levar a conflitos relacionados aos usos, manejos dos recursos naturais para promover o desenvolvimento, o gerenciamento e a preservação dos bens do Estado canadense.

No Brasil, sua extensão continental também sempre se apresentou como um desafio à governabilidade. Miado ao potencial e abundância de recursos, os traços geográficos, sócio-econômicos, políticos e culturais se inter-relacionam a um grande crescimento populacional, a uma cultura política incipiente, a um projeto de industrialização e desenvolvimento baseado na idéia de crescimento a todo custo e, também, à emergência de um conjunto de problemas sócio-ambientais.

Inerente às dívidas de um país em desenvolvimento, como as econômicas (interna e externa), o Brasil, ao adotar uma postura política no sentido de acompanhar a dinâmica econômica internacional de modernização e industrialização foi, como efeito contrário, contraindo sua dívida ecológica.

Já em 1972, quando dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, a participação do governo brasileiro delimitava a importância da questão ambiental dentro do momento do chamado “milagre econômico”. Ou seja, o Brasil estaria disposto a aceitar as empresas poluentes do mundo para acelerar e reforçar seu processo de crescimento econômico.

À luz dessa concepção, o Brasil começou a contabilizar de maneira mais clara os reflexos e os prejuízos dessa política. Para ser breve, vale citar a poluição de Cubatão, importante pólo industrial da América Latina e conhecida como uma das áreas mais poluídas do mundo; o desflorestamento; a seca no Nordeste; a agressão à Amazônia e

à Mata Atlântica; as queimadas; a desertificação e erosão do solo nos estados do Sul; contaminação dos rios; mineração dos recursos minerais nas vastas regiões do país; o uso indiscriminado de agrotóxicos, muitos deles já proibidos em outros países e o rápido processo de urbanização descontrolado, que apresenta todo um conjunto de problemas inerentes à miséria e à pobreza.

Com a necessidade de trabalhar com os efeitos dessa visão econômica unidimensional e imediatista, e para dar respostas às observações e reclamos internos e externos, como também para a emergência da consciência e dos movimentos ecológicos (Lago, 1986:23-26; Viola e Leis, 1992:63-109), o governo federal cria, em 1973, no âmbito do então Ministério do Interior, a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA.

A década de 80 traz outras ações institucionais com a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, em 1981; a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 1985; e, com a extinção da Secretaria Especial de Meio Ambiente, estabelece a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, em 1989, hoje denominado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Na década de 90, o governo intensifica as ações institucionais com a criação da SEMAM/PR – Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, como um órgão de assistência direta ao Presidente da República e, em 1993, cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, transformado, em 1995, em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA, 1997b:1).

Essas décadas impulsionaram também a criação de muitas secretarias estaduais e de fundações ligadas ao meio ambiente, como por exemplo a então Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA, em 1976, entre outras. Cabe ressaltar, no rol de ações governamentais, a regulamentação, em 1986, para a exigência dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA), para o licenciamento de projetos com impactos ambientais potencialmente significativos.

Essa tendência a se considerar os problemas ambientais numa perspectiva de longo prazo e de maneira mais coerente ganhou força

política com a nova Constituição Brasileira, promulgada no fim da década de 80, que trouxe responsabilidades a um país que não pode mais ignorar suas peculiaridades naturais e ignorar os seus problemas ambientais, atuando somente com iniciativas corretivas ou remediais. Aqui, cabe considerar que muitas das pressões internacionais dirigidas ao Brasil em anos recentes, tanto por outros governos como por organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, entre outros), ONGs, etc, estão vinculadas à idéia de que a questão ambiental deixou de ser um problema local, mas passou a ter prerrogativas que atingem a escala planetária como um todo.

Nesse sentido, quanto à política de meio ambiente e aos recursos naturais, alguns dados da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) são dignos de nota registrar:

a) são bens da União os recursos minerais, inclusive de subsolo; b) é de competência da União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa; c) compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; d) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra; e) é de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; j) compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre a floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição; g) são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas e crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens; e h) constituem monopólio da União,

entre outros: 1. a pesquisa e as lavras das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; 2. a importação do petróleo nacional ou estrangeiro; 3. a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes dessas atividades; 4. transporte marítimo e por meio de conduto do petróleo, de seus derivados e do gás natural; 5. a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minerais nucleares e seus derivados.

Muito embora a estrutura de governo brasileiro se apresente com poderes centralizadores no executivo, no legislativo e no judiciário federal, consideramos que muitos requisitos constitucionais trocam responsabilidades entre as estruturas federal, estadual e municipal. Como pano de fundo dessas relações e dessas intenções constitucionais, figura como central a pretensão de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Ibid., 1988:132). Porém, como análise exploratória, consideramos que as diferentes perspectivas e interesses de âmbito político, econômico e social, em todos os níveis, expõem a complexidade para o gerenciamento da questão, sendo que os passos do governo quanto à reforma administrativa, constitucional e do Estado podem oferecer, em futuro breve, elementos para uma análise mais substantiva, envolvendo o meio ambiente e o desenvolvimento no Brasil.

Assim e não obstante a natureza do relacionamento de Brasil e Canadá, suas similaridades e contrastes, bem como os aspectos de corte sócio-ambientais, muitas das questões inerentes ao desenvolvimento dos dois países se inserem numa pauta muito mais complexa, onde o momento de globalização econômica e de cooperação pode refletir positivamente na busca de soluções para suas necessidades.

Conclusão

A perspectiva do relacionamento entre Brasil e Canadá apresenta-se de maneira otimista. O exame do potencial, diferenças, similaridades, grandezas biofísicas, etc, que fazem destes países singularidades em diferentes continentes, pode indicar a possibilidade de uma cooperação onde as diferenças e as necessidades em comum sugerem caminhos à complementaridade.

Nesse sentido e com o objetivo de não esgotar a temática, mas sim lançar elementos para futuras investigações e análises, alguns aspectos podem ser levantados. Entre eles destacam-se:

a) as grandezas territoriais de Brasil e Canadá e que precisam ser economicamente ocupadas de maneira sustentável, como é o caso da Amazônia e do Norte Canadense; b) a troca de tecnologias sofisticadas e mecanismos de aproveitamento sustentável dos recursos naturais; c) a diversidade de ecossistemas sugere que o entendimento de questões sociais e ambientais podem favorecer uma melhor tomada de decisões para projetos, principalmente quando estes se apresentam integrados e com objetivos de sustentabilidade; d) a intensificação e o aperfeiçoamento das cooperações e dos intercâmbios entre as instituições dos dois países, e) a abertura de mercados e transferências de divisas para o Brasil; f) a demonstração de interesses e oportunidades para fortes relações comerciais e g) considerando-se a posição de destaque do Brasil na América Latina, e a necessidade do Canadá de ampliar suas relações com os países do MERCOSUL, estes aspectos remetem para uma otimista perspectiva de ambos aprofundarem futuras parcerias.

Não obstante os diferentes estágios de desenvolvimento e de influência no contexto do cenário internacional, Brasil e Canadá podem lançar bases para estratégias, não só no sentido de aprofundar seus relacionamentos, no que diz respeito aos recursos naturais, os processos de cooperação bilateral e da economia globalizada, mas também como forma de demonstrar ao mundo um exemplo de cooperação que tenha como pressupostos a segurança, o estabelecimento de regras justas no relacionamento político e a disseminação da importância da justiça social e da responsabilidade ecológica em nível internacional.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA Brasil. *Visita ao Canadá abre nova fase de integração no Hemisfério Sul*. Ottawa, 22.04. 1997a (http://radiobras.gov.br/atos_2304_2.htm).
- _____. *Presidente mostra importância da integração com o Canadá*. Ottawa, 22.04. 1997b (http://radiobras.gov.br/atos_2304_2.htm).
- _____. *FHC: preservar meio ambiente não depende só de tecnologia, mas também de recursos*. Toronto, 23.04.1997c (http://radiobras.gov.br/atos_2304_2.htm).
- ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. SP: Ed UNESP, 1995.
- BENTLEY, William D. *Direct trade between the dominion of Canada and the empire of Brazil, etc*. Barnet, London, 1880.
- BITTENCOURT, G. Canadá: Brasil quer acordo sem concessões. *Gazeta Mercantil*: SP 21.04.1997.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 10a. Ed., São Paulo: Atlas, 1997.
- BRUSEKE, E J. *A crítica da razão do caos global*. Belém: EPEC/NAEA, 1993.
- CAMARGO, C. De olho no Cone Sul: Canadá quer fazer acordo comercial com o Brasil e Mercosul sem esperar pelo sinal verde de Tio Sam. *Isto É*: SP/30.04.1997.
- CANADA. National Report. *Canada's Green Plan*. MSS, Ottawa, 1991.
- CIDA. Canadian Co-operation in South America. Ottawa, 1996 (<http://w3.acdi-cida.gc.ca/cida-ind.nsf/852...aa68c6537b0e1852563ff004981f?OpenDocument>).
- _____. *Americas Branch Objectives*. Ottawa, 1997 (<http://w3.acdi-cida.gc.ca/cidaind.nsf/852...b0999d54eee4d8f8525651b003d1830?OpCfIDOCument>).
- CONFERENCIA das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. RJ, Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.
- DRYZEK, John. *Discursive Democracy: Politics, Policy and Political Science*. New York, Cambridge University Press, 1990.
- DYCK, Perry Rand. *Canadian politics*. 2nd ed., Toronto, Nelson

- Canada, 1996.
- FERRAZ, Celso P. *et al.* Potential and Challenges for the Brazilian Mining Industry. In: *The First International Symposium on Mining and Development*. Campinas, Brazil: IG/UNICAMP, 1995.
- GUY, J. J. Canada: the struggle to govern. In: *How we are governed: the basics of Canadian politics and government*. Harcourt Brace, Toronto, Ca, 1995.
- HESSING Melody, HOWLETT, Michael. *Canadian natural resource and environmental policy: political economy and public policy*. Vancouver: UBC Press, 1997.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LAGO, Paulo E. de A. *A consciência ecológica: a luta pelo futuro*. Florianópolis: Ed. UFSC/UEDESC, 1986.
- LEIS, H. R. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. SP: Gaia; Blumenau: FURB, 1996.
- MCALLISTER, M. L., ALEXANDER, C. J. *A stake in the future. Redefining the Canadian mineral industry*. Vancouver: UBC Press, 1997.
- MINISTÉRIO do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal — MMA. *Diretrizes Ambientais para o Setor Mineral: Conhecimento e Potencial Geológico do Território Brasileiro*. Brasília, 1997a: 1 (<http://www.mma.gov/port/SMA/mineracao/conheci.html>).
- _____. *Histórico Institucional do MMA*. Brasília, 1997b:1 (<http://www.mma.gov/port/CGMI/history.html>).
- MINISTÉRIO das Relações Exteriores — MRE. *Brasil: informações gerais sobre aspectos políticos e econômicos*. Brasília, 1997:1-5 (<http://www.abc.mre.gov.br/infopo.htm>).
- MINISTRY for International Cooperation — MIC. *Notes for an address by the honourable Roy MacLaren, Minister for International Trade, to the Brazil-Canada Chamber of Commerce*. Toronto, 1994.
- NATURAL Resources Canada — NRCan. *Sustainable Development*. Ottawa, 1997a (<http://www.nrcan.gc.ca/dmo.susdev/indexe.html>).
- _____. *Mineral Industry Review*. Ottawa, 1997b.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- O ESTADO de São Paulo. Economia será tema central de visita ao

- Canadá. SP, 19.04.1997.
- _____. *Brasil vai aproximar Canadá do Mercosul*. SP, 23.04.1997.
- PATTERSON, W. M. J. *Commercial relations between Brazil and Canada: with supplementary information relating to trade with the west indies*. Montreal: D. Bentley & Co., Printers, 1880.
- PETRAGLIA, L. C. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- REDE Nacional de Pesquisa. *Brasil/Geografia*. São Paulo, 1996 (<http://www.rnp.br/1.5.1.html>).
- SACHS, L. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SOTERO, P. Canadá começa a negociar com Mercosul. *O Estado de São Paulo*. SP, 24.04.1997.
- VIEIRA, P. E. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- VIOLA, E. J., LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOCAN, D. J., VIEIRA, P. E. (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- WEAVER, J. H. *et al. Achieving broad-based sustainable development: governance, environment, and growth with equity*. USA: Kumarian Press, 1997.